



PALACETE PALMEIRA: A CASA QUE VIU A CIDADE MUDAR



Divulgação

Da recepção à ferrovia ao hospital de 1932, um edifício que atravessou muitas vidas e preserva as marcas das transformações de Pindamonhangaba

Julho de 1877. A inauguração da ligação ferroviária entre São Paulo e o Rio de Janeiro mobilizava autoridades, engenheiros e representantes da sociedade. O Conde d'Eu, marido da princesa Isabel, esteve entre os participantes das solenidades ferroviárias. Em Pindamonhangaba, a celebração ganhou os salões do Palacete Palmeira. O jornal A Província de São Paulo descreveu um baile oferecido aos dirigentes e engenheiros da estrada de ferro, marcado pelo luxo dos ambientes, pela elegância dos convidados e por uma festa que só terminou às cinco horas da manhã. O trem anunciava mudanças no transporte e na economia; o Palacete mostrava como a elite cafeeira celebrava essas transformações. A mesma casa, décadas depois, acolheria estudantes, abrigaria um Hospital de Sangue em 1932 e, mais tarde, se tornaria museu.

O que faz do Palacete um patrimônio singular não é apenas sua aparência monumental. São também as vidas que passaram por suas salas, os objetos que desapareceram, as lembranças que sobreviveram e as perguntas que seus documentos ainda permitem fazer.

A construção do Palacete Visconde da Palmeira remete ao auge da cultura cafeeira no Vale do Paraíba, no século XIX

ANTES DO PALACETE, UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

A história do imóvel antecede sua construção. No século XIX, o café transformou a economia do Vale do Paraíba e projetou Pindamonhangaba como centro produtor. A riqueza das lavouras financiou edifícios, equipamentos urbanos e residências de prestígio, numa prosperidade sustentada pela escravidão e pela concentração de terras.

Antônio Salgado da Silva, futuro Barão e Visconde da Palmeira, reuniu imóveis perto da antiga Rua do Comércio para sua residência urbana. A tradição situa a construção entre 1850 e 1854, atribuída a Francisco Antônio de Carvalho, o Chiquinho do Gregório. Entretanto, referências do escritor e jornalista Augusto Emílio Zaluar, que percorreu a Província

de São Paulo entre 1860 e 1861, indicam que ele teria encontrado o Palacete ainda em obras. A data exata de conclusão é incerta.

A construção envolveu aquisições e transformações sucessivas. A ela são associados os franceses Charles Peyrouton e Pierre Helly Cevasse (Pedro Elias Chevassu). A Peyrouton é atribuída uma remodelação por volta de 1878. Seguiram-se adaptações entre 1948 e 1954, alterações mais expressivas a partir de 1960, adequações museológicas em 1973 e, em 2019, o início de obras em cumprimento a um Termo de Ajustamen-



Retrato de Antônio Salgado da Silva

to de Conduta. Essas intervenções registram os diferentes usos do edifício.

Editorial PALACETE VISCONDE DA PALMEIRA

Memória Viva no Centro de Pindamonhangaba

No coração de Pindamonhangaba, o imponente **Palacete Visconde da Palmeira** permanece como testemunha das transformações que marcaram a história da cidade. Construído entre 1850 e 1864, durante o apogeu da economia cafeeira, o edifício revela, em sua arquitetura, o poder e as contradições de uma sociedade profundamente desigual.

Idealizado para residência do futuro Visconde da Palmeira, o palacete contou com a participação dos arquitetos franceses Charles Peyrouton e Pierre Helly Chevassu, além do mestre de obras Chiquinho do Gregório. Entretanto, por trás de sua imponência, encontram-se as mãos e as histórias de trabalhadores escravizados, cuja contribuição foi fundamental para sua construção.

Ao longo do tempo, suas dependências abrigaram diferentes atividades, da Escola de Farmácia e Odontologia ao hospital improvisado durante a Revolução de 1932, até se transformarem no Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina.

Preservar o Palacete é reconhecer não apenas sua beleza arquitetônica, mas também as memórias, os silêncios e as contradições que suas paredes guardam. É assegurar que a história de Pindamonhangaba seja conhecida em sua pluralidade, para que o passado permaneça vivo na construção do futuro.

Ana Maria Guimarães Iadeluca

Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural, Ambiental e Arquitetônico de Pindamonhangaba – CMPHCAAP

A riqueza do café e o trabalho escravizado

A imponência do Palacete revela uma face dolorosa da história regional: no século XIX, grandes fortunas cafeeiras foram sustentadas pela exploração do trabalho escravizado.

Antônio Salgado da Silva, Visconde da Palmeira, estava entre os grandes cafeicultores de Pindamonhangaba e chegou a reunir 177 pessoas escravizadas. Enquanto os documentos preservaram títulos, patrimônios e feitos dos proprietários, pouco registraram sobre quem sustentava essa estrutura: no-

mes, famílias, histórias e resistências. Essas vidas também integram a memória da cidade.

Reconhecer essa dimensão é investigar as desigualdades na origem do Palacete, sem supor que essas pessoas tenham trabalhado diretamente em sua construção. A história da casa não se resume à beleza dos salões e à sofisticação arquitetônica: também está nas relações de poder que possibilitaram sua existência. Nem todas as histórias receberam o mesmo lugar na memória da cidade.

A casa por dentro

A fachada não revela toda a complexidade do Palacete. Seus cerca de trinta cômodos serviam à recepção, circulação, convivência e aos serviços. Os registros descrevem salões ornamentados, forros trabalhados, pinturas decorativas, paredes móveis, lustres, vidros bisotados, mármore, quadros de Debret e Petit, bandeiras de porte em afresco, madeira e ferro, em ambientes destinados a impressionar. Na fachada, destacam-se o balcão de mármore de Carrara com gradil de ferro trabalhado, as pinhas em louça de Santo Antônio do Porto e figuras da mitologia grega no terraço.

O edifício combina técnicas tradicionais e materiais modernos para a época: paredes de taipa, típicas da região, convivem com estruturas metálicas e produtos industrializados. Essa combinação documenta possibilidades e tensões da arquitetura do século XIX.



Uma das exposições do Museu Histórico

Distinguir o que é original, alterado ou perdido continua essencial à restauração: uma moldura pode pertencer a outra fase, e uma parede modificada pode testemunhar a passagem de uma escola ou repartição. A arquitetura guarda essas camadas.

EXPEDIENTE

Fascículos do Patrimônio de Pindamonhangaba

Edição 03 | 14 de outubro de 2026

Publicação da Prefeitura de Pindamonhangaba, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo – Divisão de Patrimônio Histórico, com a colaboração do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural, Ambiental e Arquitetônico de Pindamonhangaba – CMPHCAAP.

Pesquisa histórica e texto:
Divisão de Patrimônio Histórico

Colaboração:
Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural, Ambiental e Arquitetônico de Pindamonhangaba – CMPHCAAP

Projeto gráfico e diagramação:
José Marcelo Randes

Fotografias e acervos:

Divulgação

Coordenação:
Mauro Celso Barbosa
Chefe da Divisão de Patrimônio Histórico

Impressão:
Fundação Dr. João Romeiro
Jornal Tribuna do Norte

Realização:
Prefeitura de Pindamonhangaba
Secretaria de Cultura e Turismo
Divisão de Patrimônio Histórico
Pindamonhangaba – SP | 2026

UM IMPERADOR À PORTA

Em setembro de 1878, Dom Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina passaram por Pindamonhangaba. Relatos da visita registram a ida da comitiva ao Palacete Palmeira para apreciar a vista do Vale do Paraíba e da Serra da Mantiqueira. Para a ocasião, a residência teria recebido melhorias e objetos de

decoração de grande valor, entre eles vasos de porcelana de Sèvres e um serviço de chá de prata portuguesa. Essas referências permitem imaginar a importância atribuída à recepção imperial, sem confundir a visita de 1878 com os festejos ferroviários do ano anterior.

Esses acontecimentos ultrapassam o brilho das recepções e a ostentação da elite cafeeira. Revelam uma sociedade marcada por profundas desigualdades, na qual o prestígio de poucos contrastava com o trabalho e as condições de vida de muitos. A casa funcionava também como espaço de representação política.



O imperador Dom Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina

O palacete e a cidade dos estudantes

Depois da morte do Visconde, em 1888, o imóvel permaneceu ligado à família, passando à filha Antônia Salgado Lessa e ao genro Elói Bicudo Varella Lessa, o Barão de Lessa. Daí a denominação Solar do Barão de Lessa, também encontrada na documentação. A obra de Athayde Marcondes, Pindamonhangaba através de dois e meio séculos, ajuda a situar esses personagens e seus vínculos familiares na história local; como toda narrativa de sua época, deve ser lida criticamente e confrontada com outros documentos.

No início do século XX, os salões do Palacete ganharam outra rotina. Em vez de recepções aristocráticas, passaram a acolher aulas, experiências de laboratório e o movimento de jovens vindos de diferentes cidades. A Escola de Farmácia e Odontologia, criada em 1913, fez de Pindamonhangaba um endereço do ensino superior num momento em que instituições semelhantes se expandiam pelo interior paulista.

Com o crescimento da escola, cômodos residenciais foram adaptados para salas de aula, laboratórios, administração e consultórios odontológicos. A presença estudantil transbordou os muros do Palacete: pensões, comércio e locais de encontro passaram a participar de sua vida cotidiana. Na Confeitaria São João, de Vito Gallo, os jovens encontravam um espaço de convivência. Uma recordação publicada por João Martins de Almeida preserva o carinho do comerciante por aqueles estudantes, que considerava como filhos.

A presença feminina também marcou a trajetória da instituição. Os álbuns de formatura preservados no acervo do Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina registram diversas mulheres entre os estudantes. Fotografias de atividades em laboratório e objetos ex-



Alunos da Escola de Farmácia e Odontologia

postos — receitas manuscritas, materiais de trabalho e mobiliário de consultórios — ajudam a reconstituir o cotidiano acadêmico. Em uma época de acesso restrito das mulheres ao ensino superior, esses registros documentam sua participação na formação científica e profissional.

Segundo levantamento histórico, o número de estudantes caiu de 970, em 1925, para 340, em 1928, em meio a denúncias de irregularidades e controvérsias públicas. O Decreto Estadual nº 4.588, de 29 de abril de 1929, suspendeu as prerrogativas da instituição. A perda repercutiu na cidade, que havia incorporado estudantes e professores à sua dinâmica econômica e cultural.



Hospital na Revolução Constitucionalista

A memória da instituição permaneceu ativa mesmo depois de suas salas receberem outros usos. Entre 1918 e 1919, o Palacete também acolheu o 4º Corpo de Trem; em 1923, a escola adquiriu o imóvel do espólio do Barão de Lessa. Em 1931, ele foi doado à Santa Casa e passou a servir ao ensino secundário.

1932: as aulas param, o hospital começa

Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, as aulas foram suspensas e o Palacete passou a abrigar um Hospital de Sangue, denominação utilizada para estruturas de assistência médica ligadas a conflitos armados. A exposição do museu relaciona o episódio a personagens locais e apresenta armas, uniformes e documentos sobre a participação de Pindamonhangaba no movimento.

Os registros confirmam a instalação do hospital, mas não permitem afirmar se houve atendimentos ou quantos feridos teriam sido recebidos.

O museu conserva referências materiais e documentais relacionadas ao período, oferecendo ao visitante uma oportunidade de conectar a história nacional aos acontecimentos vividos na cidade.

O museu não nasceu pronto

Em janeiro de 1950, a Santa Casa vendeu o imóvel à Prefeitura, sob a condição de transferência ao Governo do Estado, formalizada ainda naquele mês. O Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina foi criado pelo Decreto Estadual nº 30.324, de 10 de dezembro de 1957, e instalado oficialmente em 8 de novembro de 1958.

A inauguração do museu não significou a ocupação exclusiva do prédio. O Palacete ainda compartilhava espaços com atividades escolares. Em 1961, o Instituto de Educação João Gomes de Araújo mudou-se para sua nova sede, mas outras escolas estaduais ainda passaram pelo imóvel. O museu, portanto, não surgiu de uma ruptura imediata: foi se afirmando em meio a usos sobrepostos, reformas e reorganizações.

Em 1969, o CONDEPHAAT tombou o Palacete, reconhecendo seu valor histórico e arquitetônico. Em 1973, tiveram início intervenções para adequá-lo à função museológica. Em 1987, o Estado transferiu a propriedade ao Município. A abertura à visitação pública, em abril de 2008, marcou outra etapa dessa história, seguida pela organização do inventário do acervo entre 2009 e 2010 e pela municipalização do acervo em 2013.

O museu que hoje conhecemos é resultado desse percurso administrativo, material e humano. Segundo as informações reunidas pelo Conselho de Patrimônio, recebe cerca de 16 mil visitantes por ano e guarda aproximadamente 9 mil peças. Suas exposições incluem núcleos dedicados ao Palacete Palmeira, à Escola de Farmácia e Odontologia, à Revolução de 1932, aos Povos Formadores e aos Móveis de Época, além de mostras temporárias de artistas locais. Um museu não é apenas uma coleção instalada dentro de uma construção antiga; é uma instituição que pesquisa, conserva, interpreta e comunica.

AS MARCAS DO TEMPO: O QUE MUDOU E O QUE PERMANECEU

O Palacete Palmeira que conhecemos hoje não é exatamente aquele que recebeu os convidados da aristocracia cafeeira no século XIX. Ao longo de sua existência, reformas, adaptações e diferentes formas de ocupação modificaram seus ambientes, alterando características que um dia fizeram parte de sua arquitetura.

Fotografias antigas e documentos históricos revelam detalhes que o tempo transformou ou apagou: portas ornamentadas, pinturas decorativas, elementos de vidro, revestimentos, jardins e antigas divisões internas. Entre essas lembranças, destaca-se o espelho-d'água que integrava a área externa do edifício, registrado em imagens do período em que funcionava a Escola de Pharmacia e Odontologia.

Parte dessas informações foi preservada graças a levantamentos realizados ao longo do século XX, incluindo um estudo de 1979, conduzido pelo arquiteto Júlio Roberto Katinsky, que reuniu registros arquitetônicos, fotografias e depoimentos de pessoas que conheceram diferentes momentos do Palacete. Esses testemunhos permitem compreender não apenas o que desapareceu, mas também como o edifício foi sendo adaptado às necessidades de cada época.

Como lembra o historiador Jacques Le Goff, documentos e monumentos pre-



Divulgação

O Palacete sofreu inúmeras transformações desde o período da cultura cafeeira

cisam ser interrogados em seu contexto. Fotografias, relatos e vestígios arquitetônicos ajudam a reconstruir as diferentes fases do Palacete, sem transformar lembranças isoladas em certezas.

Conhecer essas transformações significa reconhecer que o Palacete guarda diferentes tempos de Pindamonhangaba: a riqueza cafeeira, a educação, os conflitos e a vida cultural da cidade.

O que a terra também conta

A pesquisa sobre o Palacete não termina nas paredes. A área externa inclui o Sítio Arqueológico Palacete, registrado no IPHAN. Os vestígios identificados no terreno acrescentam novas possibilidades de investigação sobre ocupações, alterações do espaço e práticas cotidianas.

É importante distinguir duas formas de reconhecimento: o edifício é tombado pelo CONDEPHAAT, órgão estadual; o sítio arqueológico possui registro no IPHAN, órgão federal.

O patrimônio arqueológico também desafia a ideia de que a história se resume aos personagens de maior prestígio. Objetos comuns, estruturas enterradas e marcas de ocupação podem trazer informações sobre trabalhadores, serviços e usos cotidianos menos presentes nas narrativas oficiais. O solo, tanto quanto os salões, guarda perguntas.

Restaurar não é voltar no tempo

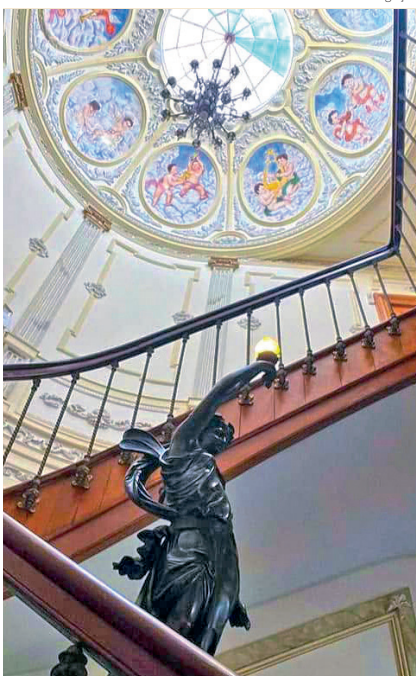
O Palacete sofreu adaptações para funcionar como residência, escola, instalação militar e museu. Muitas delas deixaram marcas na estrutura, nos caixilhos, nos revestimentos e na circulação interna. O tempo acrescentou outros problemas: umidade, infiltrações e deterioração de componentes construtivos.

A conservação exige escolhas. Retirar uma intervenção posterior pode revelar uma fase antiga, mas também apagar evidências de outro período. Reconstruir uma peça desaparecida pode tornar o conjunto visualmente mais uniforme, mas produzir uma aparência sem comprovação histórica.

Preservar exige escolhas entre valores históricos, materiais e de uso. A reflexão de Alois Riegl ajuda a compreender por que diferentes épocas do mesmo edifício merecem atenção.

FONTES E REFERÊNCIAS

Fontes: Júlio Roberto Katinsky e equipe, *Memorial Descritivo e Diretrizes para Restauração* (1979); *Memorial Descritivo de Intervenção em Bem Protegido* (2026); documentos do CONDEPHAAT e nota técnica do IPHAN (2026); *Cartilha do Voluntário do Museu*; Luís Carlos Loberto, "Escola de Farmácia e Odontologia de Pindamonhangaba", p. 294; Athayde Marcondes, *Pindamonhangaba através de dois e meio séculos (parte I)*; *Revista Latino-Americana de História* (estudo que cita Marcondes, 2000); *jornal A Província de São Paulo*, notícia dos festejos ferroviários de 1877; *Tribuna do Norte*, reportagens históricas sobre a escola; *Decreto Estadual nº 4.588/1929*. Referências conceituais: Jacques Le Goff, Alois Riegl e Pierre Nora.



Divulgação

Um museu que precisa continuar vivo

A função contemporânea do Museu Histórico e Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina amplia a responsabilidade de preservação. Não basta conservar um prédio fechado: é necessário oferecer condições para pesquisa, educação patrimonial, acolhimento de visitantes e acesso público ao acervo.

Cada visitante também constrói o sentido social do patrimônio.

O conceito de "lugares de memória", desenvolvido por Pierre Nora, ajuda a compreender essa relação. Um edifício não se torna referência coletiva só por ser antigo. Ele ganha novos sentidos quando suas histórias são conhecidas, discutidas e transmitidas. No Palacete Palmeira, isso acontece quando

um estudante reconhece ali a antiga escola, quando uma foto desperta uma lembrança ou quando uma visita apresenta a alguém uma história que nunca havia ouvido.

Talvez seja essa a principal singularidade do Palacete: não ter permanecido igual. A casa da elite cafeeira se transformou em escola; a escola, em hospital; o edifício público, em museu. Cada uso deixou perguntas e vestígios. Preservá-los não significa escolher uma única época para celebrar, mas permitir que a cidade conheça suas muitas histórias — inclusive as incômodas, as esquecidas e as ainda não investigadas.

Afinal, o Palacete Palmeira não viu apenas Pindamonhangaba mudar. Ele mudou com ela.